

VIOLÊNCIA infanto-juvenil: o desafio está nas FAMÍLIAS

Entidades atuam na prevenção às drogas e à violência, mas falta uma estrutura pública para trabalhar junto aos pais e resolver os problemas de forma mais efetiva

■ Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

O combate à violência e à exploração sexual de crianças e adolescentes não alcançará os resultados desejados enquanto não houver ações do poder público que envolvam também as famílias. Esta é a conclusão dos representantes de entidades que atuam no setor, reunidas ontem para um debate na Câmara de Vereadores. A iniciativa partiu do representante do PT, Marcos Gehlen, e colocou em volta da mesa em torno de 10 pessoas que, de alguma forma,

lidam com o problema em seu dia a dia.

Apesar das muitas queixas referentes à falta de recursos e de estrutura para trabalhar, o debate também mostrou que há excelentes iniciativas em andamento. São capitaneadas por organizações como a Brigada Militar, o Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a própria Prefeitura. Praticamente todas na prevenção, quando o momento também exige melhorias nos serviços de atendimento às vítimas e o acompanhamento familiar.

O professor Ricardo Agádio Kraemer, presidente do Comcrad, explica que a entidade financia projetos de atendimento em várias áreas, como escolinhas de futebol, de karatê e o AABB Comunidade. Basicamente, visam ocupar o tempo dos adolescentes quando não estão na escola, evitando seu envolvimento com as drogas e o crime. "Infelizmente, teriam de ser mais projetos", lamenta, ressaltando que seu alcance é pontual e não asseguram acompanhamento familiar. "O que precisamos é de uma estrutura oficial, com profissionais pagos

pelo poder público, para orientar os pais e até mesmo intervir quando os menores sofrem algum tipo de abuso ou violência", defendeu.

Integrante do Conselho Tutelar, Lucianita Menezes tem opinião semelhante. Segundo o órgão, nos últimos seis meses, houve pelo menos 40 casos de crianças vítimas de abusos sexuais na cidade. Quando acionado, o CT atua na defesa do menor, retirando-o temporariamente do ambiente hostil e colocando-o no Abrigo Menino Jesus de Praga ou alguma instituição fora da cidade. O problema é que nem sempre

as vítimas ficam e, por conta dos lares desestruturados e muitas vezes violentos, acabam voltando para as ruas. Além disso, o Abrigo possui apenas 25 vagas, número que não contempla toda a demanda. Lucianita concorda que deve haver uma "retaguarda", com ações voltadas às famílias, focando, por exemplo, o consumo de drogas.



Faltam acolhimento e programas sociais

Responsável pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Cleusa Spinatto explicou que o órgão passou a encaminhar também os casos envolvendo crianças e adolescentes. A atuação, porém, é basicamente voltada à responsabilização dos acusados de maus tratos e exploração sexual. Cleusa lamentou o fato de o Município ainda não possuir mais programas sociais e de acolhimento. "Muitas vezes, a criança acaba voltando para o ambiente em que estava porque não se tem para onde levá-la", explica.

Especialmente nos casos de prostituição, é comum as meninas voltarem rapida-

mente para as ruas porque não querem ficar em casa, nos ambientes em que foram agredidas, ou porque precisam "trabalhar" para sustentar o vício em drogas. A inexistência de programas públicos que lhes permita estudar e aprender uma profissão contribui para que se mantenham na atividade.

Sobre os adolescentes infratores, a delegada lembra que, em regra, eles não devem ser presos, a menos que tenham cometido crimes graves, entre os quais não figuram os furtos, por exemplo. Neste caso, segundo Cleusa, a culpa é da legislação e, novamente, da falta de estruturas para recebê-los e recuperá-los.



DELEGADA Cleusa Spinatto, da Delegacia da Mulher



TENENTE-CORONEL Dutra, comandante do 5º BPM

Programas da Brigada estimulam a prevenção

A Brigada Militar, que tem no combate ao crime seu principal papel, há muito tempo vem atuando forte também na prevenção ao uso de drogas entre os menores e na profissionalização de adolescentes, através de projetos como o Proerd e o Prosepa. Desta forma, a corporação acredita que está contribuindo para disseminar conceitos como honestidade, disciplina e solidariedade, entre outros, formando, desde cedo, cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres.

Segundo o tenente-coronel Marcus Vinicius Sousa Dutra, comandante do 5º

Batalhão de Polícia Militar, a corporação não tem soluções imediatas. "Nosso objetivo é ampliar estes projetos, pois a sociedade precisa deles", pontua o oficial.

No ano passado, a corporação abriu nova frente de trabalho, com a implantação do programa PM Mirim. Nele, 21 meninos e meninas, no contraturno escolar, transformam-se em pequenos brigadianos, inclusive usando farda. "Eles aprendem valores como lealdade e disciplina e constroem, para si mesmos, uma imagem positiva. Dos participantes, 13 são do Abrigo Menino Jesus de Praga.

Os projetos desenvolvidos pela Brigada

Prosepa - Programa Social Educativo de Profissionalização de Adolescentes. Formou 12 jovens em 2014. O curso tem por objetivo preparar os jovens para o mercado de trabalho, junto com a Tanac e o Senai. Segundo o comando da BM, a iniciativa visa trazer o jovem em vulnerabilidade social para o ambiente profissional e já formou, ao longo dos 11 anos de ações, 321 jovens nos cursos de eletricitista predial, cozinheiro, hidráulica predial, básico em serralheria em aço e pedreiro.

Proerd - Programa Nacional de Prevenção às Drogas e à Violência. Está em execução no Estado pela Brigada Militar há 15 anos. Por meio dele, policiais militares atuam em escolas públicas e privadas, orientando a comunidade sobre os riscos provocados pelo uso de drogas. Até o ano passado, mais de 1 milhão de estudantes de praticamente todos os municípios participaram do Proerd. São alunos de educação infantil, anos iniciais e de 5ª e 7ª séries, além de pais e da comunidade onde a escola está situada.



PM Mirim - Projeto social da Brigada Militar que leva para o quartel, no turno inverso ao da escola, crianças entre 7 a 12 anos de idade, com objetivo principal de desenvolver valores éticos, princípios e consciência cidadã, priorizando crianças oriundas de comunidades carentes.

